

## **POPULAÇÃO LGBT EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA REALIDADE EMERGENTE EM DISCUSSÃO**

**Ricardo William Guimarães Machado**

Assistente Social e Mestrando em Serviço Social pela PUC-Rio

Email: [wpgerj@gmail.com](mailto:wpgerj@gmail.com)

**Resumo:** Este trabalho busca conhecer os principais dilemas vividos pela população LGBT em situação de rua. Nele serão discutidos os principais temas que envolvem essa problemática, tendo em vista que há uma imensa complexidade quando se trata desse grupo social. Esta pesquisa provém de um trabalho final de curso realizado no Centro de Triagem de População de Rua da Fundação Leão XIII e aborda uma discussão que se volta para o aprofundamento das dificuldades e desafios enfrentados pelos integrantes do grupo LGBT, que aderem à situação de risco social. Trata-se de um estudo crítico-investigativo, utilizando a pesquisa bibliográfica e de campo na busca por criar reflexões concretas e reais sobre o tema estudado.

**Palavras-chave:** Grupo LGBT. População em situação de rua. Questão Social.

**Abstract:** This paper seeks to understand the main problems experienced by LGBT people in the streets. In this work, they will discuss the main issues surrounding this problem, given that there is an immense complexity about this group. This research comes from a final year project conducted in the Leo XIII Foundation's Street Population Screening Center, which addresses a discussion that turns to the deepening of the difficulties and challenges faced by members of the LGBT group, adhering to risk social. This is a critical-investigative study, using bibliographic and field research in the quest to create concrete and real thoughts on the subject studied.

**Keywords:** LGBT Group. Homeless people. Social Issues.

## 1- APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo principal apresentar a realidade vivida por pessoas de orientação sexual e/ou identidade de gênero diversos à heteronormatividade<sup>i</sup>, o que os insere no grupo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros), que, por algum motivo, passam pela situação de risco social, mais especificamente, pela situação de rua.

Desta forma, pretendeu-se aqui identificar os principais dilemas sofridos por esses indivíduos que, além de sua condição de desvantagem em um sistema capitalista de desigualdades, onde o preconceito, o desemprego, a violência e a pobreza, como exemplos das expressões da questão social na contemporaneidade, colocam suas vidas em um patamar de miséria, dependência e mendicância, além da questão da sobrevivência e das complicações e todas as estruturas da vida social. Sendo assim, a premissa foi realizar um levantamento acerca das principais questões vivenciadas por pessoas de um grupo social específico, que devido às complicações estruturais expostas pela dinâmica social da conjuntura atual, passam pela situação de rua sendo forçadas a procurar assistência por parte das forças locais.

O estímulo da realização dessa pesquisa parte da experiência de estágio na Fundação Leão XIII com população em situação de rua<sup>ii</sup>. O interesse em estudar pessoas LGBT em situação de rua se encontra tanto no compromisso com o próprio grupo tanto quanto o perfil inovador do trabalho.

A população em situação de rua é um grupo complexo, porém atraente para estudos nas Ciências Sociais, principalmente para estudantes do Serviço Social. Conotar o debate sobre “diversidade sexual” em um estudo acerca de pessoas em situação de rua é desafiador e recente.

Segundo Minayo (1994), esta pesquisa possui um caráter crítico sob a perspectiva marxista de análise social, considerando a ordem estrutural vigente e as categorias de análise como a relação entre Estado e sociedade, diante das expressões da Questão Social e do avanço do capitalismo contemporâneo. Sob a perspectiva crítico-investigativa, os dados foram interpretados de forma qualitativa buscando a maior eficácia no registro e análise dos dados e informações pesquisadas.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares (...) trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (...) (MINAYO, 2009, p.21)

## **2- PROBLEMATIZANDO A TEMÁTICA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Segundo Salgado (2011), os principais dilemas sofridos por pessoas LGBT em situação de rua provêm da sua condição de desvantagem em um sistema capitalista de desigualdades, onde o preconceito, o desemprego, a violência e a pobreza são consideradas exemplos das expressões da questão social na contemporaneidade.

Preliminarmente, é preciso salientar que o capitalismo é engendrado em estrutura vital por crises cíclicas através das quais renova suas modalidades de vigência, sendo as crises partes fundamentais para seu desenvolvimento e funcionamento: “as crises são hiatos dentro do processo de reprodução social. Através delas o capital se recicla, reorganizando suas estratégias de produção e reprodução.” (MOTA, 2009, p.2). Elas refletem os problemas de insuficiência na produção capitalista indicando uma nova direção, originando novas estruturas no modo de produção e o alastramento de profundas expressões da questão social.

A pobreza, a subalternidade e a exclusão social são pontos que ajudam na criação de raízes profundas no que competem as desigualdades sociais que o capital reproduz, e estão presentes no cotidiano da população brasileira. Vale ressaltar que Yazbek (2009) define, de acordo com o pensamento marxista, a Questão Social como uma consequência entre a relação capital e trabalho, e que acaba resultando em desigualdades. “Afim, na melhor tradição marxista considera o capital e o trabalho como elementos constitutivos da questão social” (SILVA, 2008, p.179). Isto é, toda essa relação contraditória ocasiona uma produção das diversas expressões sociais. Devemos destacar que com o passar dos séculos apareceram várias expressões, mas a base estruturada nas desigualdades e na exploração das classes tende a continuar.

Sabe-se que a sociedade brasileira atual possui uma ideologia neoliberal que qualifica o desemprego massivo e a extrema competitividade no engajamento no mercado de trabalho. Por falta de apoio e despreparo para a vida adulta, ao serem atingidos por grandes estigmas quanto à rejeição, condenação e desrespeito quanto à sua diferença, não encontram outra possibilidade de regularizar suas vidas e adentram à situação de risco social onde seus laços familiares se encontram rompidos e não existe um espaço para morar e muito menos para trabalhar ou buscar emprego.

Sendo assim, uma grande parcela desses sujeitos, fragilizados psicologicamente pelos preconceitos gerados na família e na sociedade, enquadram-se num perfil bastante discutido na atualidade: as pessoas em situação de rua. Qualifica-se a população de rua ou pessoa em situação de risco social, segundo decreto 7053/2009, que regulamenta a Política Nacional de

## População em Situação de Rua, como

o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Brasil, 2009a, p. 1)

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (META, 2008), cerca de 31 mil pessoas estão em risco social no Brasil, e, considerando que este levantamento foi feito no ano de 2008, espera-se que este índice tenha se mantido estável. O perfil desse grupo é predominante masculino, sendo uma pequena parcela de mulheres; a faixa etária que prevalece vai de 25 a 44 anos; declaram-se, em sua maioria, pretos e pardos, sendo pequeno o quantitativo de brancos, ou seja, há uma predominância de negros; a escolaridade varia de Ensino Fundamental incompleto a Ensino Médio incompleto, existindo uma boa parte de analfabetos; e os níveis de renda giram em torno de R\$20,00 a R\$80,00 por semana.

Considerando estes dados, encontramos no grupo LGBT uma razoável parcela de gays e travestis em situação de rua que se enquadram neste perfil. Garcia (2007), em seus estudos sobre População LGBT de rua, afirma sobre tais sujeitos:

Havia de início a preocupação de incluir no estudo “mais gays e menos travestis”, por se supor que a literatura acerca das travestis, ainda que de forma incipiente, aborda a questão da vulnerabilidade à situação de rua, o que não acontece na que se refere às homossexualidades propriamente ditas. A primeira visita a um “sopão” indicado como frequentado pelo segmento LGBT, contudo, mostrou a total impossibilidade de tal diferenciação, não havendo de forma alguma como diferenciar o G e o T da “sopa de letrinhas” identitária. As interações que se seguiram deixaram claro o quanto tais posições de sujeito são atravessadas pelo contexto peculiar à situação de rua. Ficou evidente o quanto o estilo das travestis depende de cuidados corporais, que incluem depilação, o cuidado com o “chuchu” (barba) e com as unhas, e de adereços, como roupas e “picumãs” (perucas), fortemente dificultados em um contexto como o da rua. Por outro lado, homossexuais efeminados, pelo risco de violência onipresente nas ruas, passam a mimetizar modos de expressão típicos de travestis, como forma de se impor, usando a seu favor o forte estigma que correlaciona as travestis à violência potencial. (GARCIA, 2007, p. 29)

Dessa forma, contextualizamos que a população LGBT em situação de rua é um assunto complexo de se debater, pois envolve várias categorias de análise. Além da análise da vivência na rua, o sujeito sofre outras implicações por sua orientação sexual e identidade de

gênero diferente, ocasionando em múltiplas expressões dos grupos LGBT.

Em seu conjunto, portanto, os processos que envolvem as (auto) representações das homossexualidades de rua mostram a necessidade de um diálogo com as especificidades destas, tomando o cuidado para não tomá-las como um todo homogêneo e para não interpretá-las a partir dos referenciais identitários típicos dos segmentos de renda médios e altos. Pode-se afirmar que tais processos trazem questionamentos inclusive sobre o campo conceitual presente no campo de estudos de gênero e sexualidade, como no caso da diferenciação comumente feita entre “orientação sexual” e “identidade de gênero”, que se mostra inadequada para se interpretar as vivências das pessoas LGBT em situação de rua. (GARCIA, 2007, p. 32)

Estes usuários em situação de rua que pertencem ao grupo LGBT sofrem com a discriminação e dificuldades, tal como a homofobia, o abandono familiar e o estigma causado pelo intenso preconceito no ambiente familiar, laboral, escolar etc. Sendo assim, as principais questões vivenciadas por pessoas de um grupo social específico, que devido às complicações estruturais expostas pela dinâmica social da conjuntura atual, passam pela situação de rua sendo forçadas a procurar assistência por parte das forças locais.

Tendo por base os resultados obtidos através da pesquisa realizada no Centro de Triagem de População de Rua da Fundação Leão XIII, pôde-se analisar que a população LGBT sofre os mesmos desafios que uma pessoa em situação de risco social, apesar de trazer novos desafios por ser um grupo recente no contexto das políticas públicas.

Dessa forma, a partir da experiência de estágio vivenciada a cada atendimento realizado, foi possível deduzir que a rua é um campo de observação concreto, onde se passam diversas perspectivas baseadas no movimento de mudanças, que acompanham uma lógica inerente ao desenvolvimento da sociedade. “Muitos indivíduos nem são moradores de rua, mas passam por tal situação, tendo a rua apenas como um espaço privado momentâneo de suas lamentações sobre a vida social.” (PIMENTA, 2010, p.138)

Podemos apontar que a principal característica observada nos dados apresentados é a ausência do papel da família como fator crucial para o risco social de usuários LGBT.

É imprescindível notar que de acordo com um contexto de desigualdades sociais imbuídas de um processo de exclusão, desemprego e outras mazelas da pobreza extrema verificada na sociedade atual, a família será o primeiro grupo a sofrer consequências. Quanto a isso, Miotto (1997, p.118) destaca que “a família [...] está sendo entendida como uma instituição social historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida.”

Uma segunda característica considerada como específica e inerente à população LGBT em situação de rua são problemas de saúde, como o HIV, a tuberculose, as doenças psiquiátricas, alcoolismo e drogatização. Há em pauta uma política nacional de saúde integral LGBT criada em 2010 pelo Ministério da Saúde que contempla esse grupo valorizando suas questões tal como as apontadas a seguir:

Esta Política reafirma o compromisso do SUS com a universalidade, a integralidade e com a efetiva participação da comunidade. Por isso, ela contempla ações voltadas para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, além do incentivo à produção de conhecimentos e o fortalecimento da representação do segmento nas instâncias de participação popular. O respeito sem preconceito e sem discriminação é valorizado nesta Política como fundamento para a humanização na promoção, proteção, atenção e no cuidado à saúde. Para que isso se efetive, a Política LGBT articula um conjunto de ações e programas, que constituem medidas concretas a serem implementadas, em todas as esferas de gestão do SUS, particularmente nas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Este processo de implementação deve ser acompanhado, cotidianamente, pelos respectivos Conselhos de Saúde e apoiado, de forma permanente, pela sociedade civil. (BRASIL, 2010, p.5)

Há uma necessidade de ações mais eficientes para a saúde dos indivíduos LGBT na garantia de atendimento dos serviços de urgência e prevenção, além do acompanhamento contínuo destes casos.

As oportunidades de trabalho são outra especificidade da população em situação de rua. Muitos possuem qualificação e escolaridade necessária e passam por uma situação de risco social devido a um dos agravos citados anteriormente – conflitos familiares e condição de saúde. Para o engajamento desta população no mercado formal de trabalho é preciso ações de investimentos em qualificação profissional para esses indivíduos e que as empresas sejam mais justas e democráticas e abram as portas para uma pessoa tão cidadã quanto as outras.

No que concerne ao objetivo principal deste trabalho, foi possível identificar que os usuários pesquisados apresentaram características comuns de uma pessoa em situação de risco social, porém há desafios que este grupo enfrenta que existem pelo fato de serem pertencentes ao grupo com orientação sexual e/ou identidade de gênero diferenciada.

A pesquisa revela que a questão da identidade de gênero e orientação sexual são questões pulsantes nas demandas trazidas por esses usuários, identificadas como pontos de análise nos pareceres técnicos e na rotina de sistematização dos dados sobre estes atendimentos. Evidencia ainda que, embora seja colocada como pano de fundo deste processo, ao que tudo indica, pode ter função decisiva na garantia dos direitos desse público. Exatamente sobre este aspecto, verifica-se que, ainda que alguns dos casos analisados apontem a interlocução de centros de referência em direitos da pessoa LGBT, o retorno a

estes equipamentos e a interface do atendimento não se realiza de maneira contínua, deixando claro que a questão de gênero e orientação sexual não são assimiladas como objeto de intervenção destes profissionais, sendo colocadas em segundo plano ou praticamente ignoradas no tratamento da demanda.

Foi constatado que as principais demandas apresentadas por estes usuários são a necessidade de inserção no mercado formal ou informal para geração de renda e o direcionamento para tratamento da dependência química. Outro fator bastante condizente no trabalho do Serviço Social é referente à documentação dos usuários, buscando resgatar sua cidadania a partir da reaquisição de todos os documentos pendentes, seja a natureza de 1ª ou 2ª via.

Uma perspectiva que o Serviço Social deve seguir no trabalho com esses usuários é respeitar os princípios estipulados em três documentos legais. Segundo seu código de ética profissional: “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.”. (CFESS, 2011, p.24). De acordo com a Política Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT: “Promoção da inclusão social da (o) cidadã (o) LGBT com prioridade aos grupos em situação de risco social;” (BRASIL, 2009b, p.15). E, sob as orientações da Política Nacional de População de Rua: “respeito à dignidade da pessoa humana; direito à convivência familiar e comunitária; valorização e respeito à vida e à cidadania; atendimento humanizado e universalizado; e respeito às [...] diferenças [...] gênero, orientação sexual”. (BRASIL, 2008, p.1)

O atendimento ao usuário nos espaços ocupacionais do Serviço Social deve ser primordialmente receptivo, o assistente social deve escutar o usuário, identificando suas necessidades e avaliando sua história. É preciso estimular o usuário a dizer tudo que está acontecendo para que o profissional possa construir um parecer acerca de sua demanda.

O momento da entrevista é um espaço que o usuário pode exprimir suas idéias, vontades, necessidades, ou seja, que ele possa ser ouvido (em tempo: ser ouvido não é concordar com tudo o que usuário diz). Estabelecer essa relação é fundamental, pois se o usuário não é respeitado nesse direito básico, não apenas estaremos desrespeitando-o, como prejudicando o próprio processo de construção de um conhecimento sólido sobre a realidade social que ele está trazendo, comprometendo toda a intervenção. (SOUZA, 2008, p.17)

Quando se trata de um acolhimento institucional, é preciso elaborar um perfil para direcionar esse usuário dentro da instituição e para possíveis encaminhamentos para resolução de sua demanda. É direito do acolhido por uma instituição do Estado, que ele tenha

atendimento em todas as esferas de sua cidadania, isto é, a recuperação de seus documentos, a atenção à sua saúde e condição física, moral e mental, à sua reintegração familiar e socioeconômica, estruturando sua reestabilização na sociedade.

Durante o atendimento, uma crítica pode ser feita quanto ao espaço de trabalho do Serviço Social, onde o sigilo das informações dos usuários não é garantido no momento da escuta, tendo em vista a presença de outros profissionais e usuários que se encontram na sala, realizando outros atendimentos. Como se refere o Código de Ética de Serviço Social de 1993, em seu artigo 16º: “O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. [...] Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.” (CFESS, 2011, p. 35).

Sendo assim, os usuários pesquisados tiveram suas demandas resolvidas, em maior parte, pela reinserção socioeconômica caracterizada pela inserção no mercado de trabalho formal ou informal, dando a possibilidade de aquisição de moradia. Os casos específicos identificados de menor frequência são o retorno à cidade natal, o retorno ao seio familiar e à transferência para unidades de apoio, tais como abrigos, clínicas de internação psiquiátrica ou dependência química, ou rede hospitalar, entre outros.

### **3- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise dos dados coletados pôde-se concluir que as razões pelas quais as pessoas chegam à situação de rua são provenientes de diversos fatores, mas todos sofrem influência da Questão Social na atualidade. O desemprego, a falta de formação escolar e profissional, os conflitos familiares, a violação dos direitos, a ausência de moradia, enfim, todos estes agravos contribuem para o risco social. As pessoas LGBT enquanto sujeitos sociais estão expostos a qualquer expressão da questão social contemporânea, com destaque para as formas de preconceito e a homofobia na família, no trabalho e na sociedade em geral.

Segundo Prado e Machado (2008), a questão social afeta as populações LGBT de todas as formas citadas tal como acontece com toda a população. Porém, de forma especial, a questão social neste grupo se constitui de forma desmobilizante, inferiorizando e invisibilizando estes indivíduos através dos preconceitos e discriminações que estes sofrem.

O papel relevante do assistente social, que é orientado a buscar políticas sociais mais justas e menos excludentes seja na participação de sua formulação, na crítica ou na execução da mesma, sugere um desafio posto ao Serviço Social. Considerando que as diversas instituições possuem caráter histórico e conservador no enfrentamento dos problemas sociais,

destacando as ações desqualificadas quanto ao contato com pessoas LGBT, o Serviço Social, neste espaço, precisa desempenhar uma perspectiva crítica frente à sociedade capitalista e sua influência, a partir das expressões da questão social na vida das pessoas, buscando formas socializadoras e educativas que assegurem a cidadania LGBT, distanciando esses usuários do risco social.

---

<sup>i</sup> Segundo a ABGLT (2008), pessoas LGBT, por ser um grupo recente, possuem identidades e sexualidades diferentes ao padrão hegemônico, a heterossexualidade, porém, essas pessoas são frutos da Diversidade Sexual, campo que os colocam como sujeitos de direitos e pessoas humanas iguais aos heterossexuais, apesar da diferença na questão de gênero.

<sup>ii</sup> Respeitando a Política Nacional de População em Situação de Rua (2008), nesta obra será usado o termo “população em situação de rua” ao invés de “população de rua” na caracterização das pessoas em risco social que se encontram sem vínculo familiar, sem moradia, sem trabalho, etc.. Justifica-se pelo seguinte fato: o termo “de rua” envolve todas as pessoas que se utilizam das ruas, porém os sujeitos menos favorecidos que vivem nas ruas passam apenas por uma situação, sendo esta, possivelmente, transformada.

#### **4- REFERÊNCIAS**

ABGLT. **Manual de Comunicação LGBT**. Ferdinando Martins, Lilian Romão, Liandro Lindner, Toni Reis. (Org.) [Curitiba]: Ajir Artes Gráficas e Editora, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. (2009a). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm). Acesso em 13 mai 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2009b.

BRASIL. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate á violência e á discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. 2008. Disponível em [http://www.rederua.org.br/pub/polnac\\_inclsoc.pdf](http://www.rederua.org.br/pub/polnac_inclsoc.pdf) Acesso em 20/03/2012.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

GARCIA, M. R. V.. **“Dragões”:** gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda. São Paulo, 2007, 148p. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.

META Instituto de Pesquisa de opinião. **Relatório final**. Pesquisa Censitária e Amostral. População em situação de rua, 2008.

MINAYO, M. C., ET AL. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de

Janeiro: Vozes, 1994.

MIOTO, R. C. T. **Família e Serviço Social: contribuições para o debate.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, ano XVIII, n. 55, nov. / fev.1997.

MOTA, A. E. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista.** In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Unidade I: O significado socio-histórico das transformações da sociedade contemporânea. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009.

PIMENTA, C. A. M.. **Um Breve Olhar da Sociologia à Educação.** In: ALVES, Cecília Pescatore; SASS, Odair (Orgs.). Formação de Professores e Campos do Conhecimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010, p. 171-191.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades - A hierarquia da invisibilidade.** Coleção Preconceitos. São Paulo: Cortez, 2008.

SALGADO, F. M. M.. **Os sentidos do sofrimento ético-político na população LGBT em situação de rua em um centro de acolhida da cidade de São Paulo** / Fernanda Maria Munhoz Salgado; 2011. 126 fls. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, I. M. F.. **Serviço Social e Questão Social: na escuta dos/as contemporâneos.** Questão social e serviço social no Brasil: Fundamentos sociohistóricos. Cuiabá: UFMT, 2008.

SOUZA, C. T.. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional.** 2008. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao>. Acesso em 20/03/2012.

YAZBEK, M. C.. **Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade.** 2009. Disponível em: [http://www.pucsp.br/pos/ssocial/professor/yazbek\\_fundamentos.doc](http://www.pucsp.br/pos/ssocial/professor/yazbek_fundamentos.doc). Acesso em 30 mai 2010.